

## NACIONALISMO NA “ÁFRICA PORTUGUESA”

Lincoln Secco\*

### Resumo

Este artigo estuda o nacionalismo na chamada África portuguesa (Angola, Moçambique e Guiné Bissau), entre 1961 e 1975. Seu propósito é investigar as tomadas de consciência (*prise de conscience* na acepção de Fernand Braudel).

### Palavras-chave

África; colonialismo; Revolução Portuguesa; nacionalismo, *longue durée*.

### Abstract

*This article describes nationalism in the so-called portuguese Africa (Angola, Mozambique and Guinea-Bissau) between 1961 and 1975, its ideas, intellectuals, political movements and practices under Fernand Braudel's perspective.*

### Key-words

*África; colonialism; Portuguese Revolution; nationalism; longue durée.*

Os anos 1960 foram efervescentes no mundo inteiro porque, talvez pela primeira vez, a revolta das pessoas oprimidas por razões pré-capitalistas (ainda que funcionais para o sistema baseado no capital) adquiriu contornos globais. Nos Estados Unidos, a heteronomia racial subsistia ao lado da sociedade de classes e da economia de mercado. Na África, o neocolonialismo ainda não havia transitado para uma *dominação indireta*, apoiada em elites políticas domésticas convenientemente instaladas no poder e associadas a interesses externos.

A oposição àquele estado de coisas passou rapidamente, em fins dos anos 1950, das armas da crítica à crítica das armas. O exemplo mais cabal dessa união de teoria revolucionária e prática radical foi a obra sem par de Franz Fanon, *Os condenados da Terra*, que recebeu um prefácio de Jean-Paul Sartre na edição francesa. A Guerra da Argélia, que Fanon teorizou e universalizou, foi o exemplo prático de que a mobilização militar de massas podia derrubar um Estado europeu colonizador muito mais poderoso. Os movimentos anticoloniais, desse modo, passaram rapidamente à guerra de libertação. Em Angola, Moçambique e Guiné Bissau surgiram os movimentos guerrilheiros. Eles eram de três tipos: os modernizadores, imbuídos de uma visão política universalizante (como, por exemplo, o Movimento pela Libertação de Angola – MPLA); os tradicionalistas, presos a identidades locais reais ou imaginadas; e os nacionalistas étnicos.<sup>1</sup> Essa é uma classificação superficial, pois diferentes fatores se combinavam num único grupo, como o Partido Africano pela Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que cooptava tradicionalistas. Por isso mesmo, este artigo se preocupará mais com a dialética entre modernizadores e as realidades herdadas, tanto do passado longínquo, quanto da penetração colonialista.

### *Heranças*

A conquista europeia da África deu-se em dois níveis, ao menos. E os líderes africanos de maior porte logo o entenderiam. Um, espetacular, e que diminuiu depois dos anos 1960, foi o da ocupação militar e da administração direta. Mas o outro foi, como diria Fernand Braudel, uma “conquista mais lenta e mais eficaz”, que poderia ser desenhada no espaço em dois outros níveis de infra-estrutura (ou “subníveis”): o da construção de rotas, estradas, cidades, pontos fortificados, que atendiam à opção (ou necessidade) de ligar as regiões africanas ao comércio mundial controlado por europeus e, depois, norte-americanos.<sup>2</sup> Rotas que levavam das fontes de matérias-primas à operosa indústria de transformação, situada no hemisfério setentrional. Exemplo sempre lembrado é o da usina hidrelétrica de Cabora Bassa, feita no Moçambique colonial para atender aos interesses sul-africanos.

Lembremos que Samora Machel (1933-1986), esse enfermeiro que se revoltou, foi o responsável pela transferência da força principal da Frelimo do norte de Moçambique para o Tete, concentrando a luta em torno da Usina de Cabora Bassa. Embora distante de suas bases na Tanzânia, a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) operou ali uma luta muito mais direta contra o colonialismo econômico português. Símbolo de luta contra o racismo da África do Sul e contra o colonialismo europeu. Todavia, depois da independência, o governo revolucionário continuou a fornecer energia elétrica ao regime sul-africano, posto que a quantidade de energia produzida não poderia ser consumida por Moçambique “socialista”. Apenas pela indústria do país do *apartheid*.

Ora, 80% do movimento portuário e ferroviário de Moçambique estava orientado para a Rodésia e a África do Sul, na época da independência moçambicana.<sup>3</sup> Em Moçambique, as estradas correm de Leste para Oeste, embora a orientação geral do país seja Norte-Sul. A rede de estradas foi construída para transportar produtos sul-africanos e da Rodésia através de portos de Lourenço Marques (atual Maputo) e Beira, e não para servir às necessidades da população.<sup>4</sup> Como negar essas pesadas heranças? Isso, além do mais, valia também para os regimes políticos conservadores ou de direita, apoiados pelos Estados Unidos, como o Zaire. O ditador Mobutu restabeleceu relações diplomáticas com Angola em maio de 1976. Por quê? Certo, não se tratava, obviamente, de simpatia ideológica ou solidariedade continental. Reconhecia-se simplesmente que a ferrovia que liga Benguela ao porto de Lobito, dentro de território angolano, era a única via cômoda de escoamento para o cobre de Shaba.<sup>5</sup>

Vejam os exemplos do Sudão. Não é um caso escolhido aleatoriamente.<sup>6</sup> Trata-se do maior país africano em extensão territorial (2.506 mil quilômetros quadrados ou 8% da superfície africana). Os dados de 1962 nos dizem que os caminhos, as estradas e as ferrovias, construídos durante a colonização e, certamente, seguindo rotas ainda anteriores, destinavam-se a interesses forâneos, e não à integração do país. Valia-se o Sudão de suas vantagens naturais. Rios navegáveis: o Nilo histórico. Mas a rede ferroviária de quase 4 mil quilômetros de extensão nascia no Sudeste e dividia-se em dois sistemas: um dirigido ao Egito (ao Norte), ao qual o país esteve ligado por laços históricos de sujeição.<sup>7</sup> O outro, dirigido a Porto Sudão, no Mar Vermelho.<sup>8</sup> Corredores de exportação! Ora, a população concentrava-se ao longo do vale do Nilo, especialmente na planície de Gezireh, a montante do encontro do Nilo branco e do Nilo azul. Ora, que é o Sudão atual? Uma população que persiste ao longo do vale do Nilo, onde estão as maiores cidades, as barragens e as obras de irrigação. O Sudão herdou suas rotas e os destinos de suas mercadorias. E recebeu

depois os conflitos e as guerras civis e golpes que têm caracterizado sua história recente. Ora, se olharmos para o mapa, não veremos que também Angola herdou seus corredores ferroviários de exportação? E os conflitos estimulados por potências do hemisfério norte?

Mas há outro “subnível” daquela conquista lenta. Que também constituiu aquelas “rugosidades” de que falou Milton Santos. Inércia dinâmica. Pois só a partir dela se poderia retomar (ou principiar) algum desenvolvimento. O tempo incorporado na paisagem. Esse espaço que só existe *com e para* a sociedade. Que é sempre social, humano, histórico. Espaço-tempo de formas duráveis. Descubramos, assim, que as próprias fronteiras políticas se incorporaram à paisagem. Porque também interesses poderosos as fixaram. E aquilo que os europeus recortaram e subdividiram tornou-se, por direta responsabilidade do chamado mundo civilizado, fonte de conflitos sem fim. Diga-o a Bélgica. Esse conquistador tardio por vontade de seu rei Leopoldo. Mostre-o Burundi. Ruanda. Ou o Congo.

Os povos africanos “escolheram” buscar sua autonomia baseando-se naquilo que, aparentemente, os unia (ao menos essa foi a escolha de suas elites políticas): as próprias estruturas da administração colonialista.<sup>9</sup> Nas palavras de um teórico, tratou-se do “isomorfismo entre o âmbito territorial de cada nacionalismo e o da unidade administrativa anterior”,<sup>10</sup> o que faz o nacionalismo colonial recente assemelhar-se aos nacionalismos coloniais mais antigos, como os da América. Considere-se ainda que os anos 1950 assistiram a uma nova divisão de territórios coloniais, que conduziria, fatalmente, àquilo que Senghor chamou de “balcanização” da África, ou seja: a pulverização de pequenos estados sem poder.<sup>11</sup> A tradição de uma submissão (forçada) a um colonizador comum se superpôs às identidades parciais (étnicas, lingüísticas e culturais). Parciais porque, como é sabido, diferentes lealdades de natureza pré-moderna (aos olhos de um europeu) conviviam sob as mesmas unidades administrativas coloniais.

Nas colônias portuguesas, como também no Congo Belga, crescia-se a dificuldade de Portugal não ter procurado partilhar sua cultura com os colonizados. Comprove-se com o número de “assimilados” nas colônias de Moçambique e Angola.

Os nativos das colônias eram obrigados a realizar trabalhos forçados (depois do ato colonial salazarista de 1933); muitos eram vendidos para trabalhar em minas de ouro da África do Sul. Quanto à tarefa civilizatória do subimperialismo lusitano, um levantamento de 1959 mostrava como era pequena a capacidade de assimilação dos nativos na vida civil, pois também ali, como no ultramar francês, o racismo era uma ideologia e, acima de tudo, uma prática social consciente, que impedia a extensão de cidadania a negros e mestiços (seria diferente, hoje, a sorte desses novos negros que trabalham em Lisboa?). E como fazê-lo, se os próprios portugueses eram destituídos de tantos direitos? Essa situação talvez

dissimulasse a prática de exclusão racial muito mais do que no caso francês, onde um Estado nacional podia ser democrático e livre na metrópole, e exercer a tortura e a pena capital na Argélia.

Entre todos os 5.738.911 moçambicanos, apenas 91.954 eram considerados “aptos para a vida civil”; entre os 4.145.266 angolanos, apenas 135.355 eram julgados “civilizados”; entre os 510.777 guineenses, eram apenas 8.320 os ditos “civilizados”; entre os 442.378 timorenses, eram somente 7.471. Portugal via-se incapaz de promover uma absorção molecular dos seus dominados, concedendo-lhes a cidadania portuguesa. Além disso, a população portuguesa nas colônias era insignificante em relação aos nativos, e quase não se misturava a eles: não havia um número grande de brancos, as colônias não atraíam muitos colonos e a burguesia colonial, instalada em África, tinha sólidas raízes metropolitanas, sendo, por isso, incapaz de gerar um movimento próprio de ruptura colonial, baseada em interesses econômicos de uma camada dominante nacional. Os índices de brancos, em Angola e Moçambique, nunca ultrapassaram 4%, e só começaram a crescer lentamente nos anos 1940 (depois de séculos de colonização!).<sup>12</sup> Apesar disso, as populações locais não tentariam reconstruir (ou construir!) nações senão segundo os modelos das populações de origem européia.

A África, no seu todo, padecia de problemas semelhantes, resguardadas as peculiaridades de cada área geográfica. Ainda que Julius Nyerere, presidente da Tanzânia, dissesse, em 1963, que as fronteiras herdadas dos europeus eram um “absurdo etnológico e geográfico”, elas permaneceram em grande medida. Porque eram as únicas. As separações entre tribos e etnias, anteriores à chegada dos europeus, eram tão nítidas assim? Poderiam ser, mas não para os critérios geopolíticos que predominaram a partir do século XIX na arena internacional. Ademais, toda uma estrutura organizatória e administrativa havia se fixado. Ela seria o foco das lutas anticoloniais e a base dos futuros estados independentes. Nem sempre acomodariam todos os grupos internos, mas esse foi um problema transferido ao período posterior à independência. Um caso notável, fora da África, foi a Índia. O Paquistão dela separou-se para incorporar-se à Organização das Nações Unidas (ONU) em 1947, dois anos depois da própria Índia. Em 1971 surgiu, no Paquistão Oriental, um outro Estado independente: Bangladesh.

O perigo da fragmentação contínua havia e incomodava as próprias potências colonialistas. E mesmo depois de trocar sua dominação direta por algum tipo de ascendência econômica. Tanto que o Ocidente não hesitou em armar o Marrocos independente (e também a Mauritânia) para combater os separatistas da Frente Polisário. Isso depois que a Espanha retirou-se dali (1975), provocando a marcha verde do rei do Marrocos e a anexação

daquela parte do Sahara, fenômeno semelhante à retirada portuguesa do Timor Leste, que seria invadido pela Indonésia. Mas à medida em que esses países “subimperialistas” obedeceram aos interesses econômicos dos Estados Unidos e de alguns países europeus, a anexação foi tolerada, mesmo porque a criação de novos estados nacionais era (e é) antes um problema que uma solução, em muitos casos. Eles eram sessenta às vésperas da Segunda Guerra Mundial. Atingiram a cifra de 108 em 1963!<sup>13</sup>

### *Tomadas de consciência*

Apesar de a ideologia oficial portuguesa declarar as colônias como “províncias de ultramar”, nunca houve dúvida sobre o real estatuto político das colônias e dos colonizados. E essa condição determinava muito mais o que dela se pensava à medida em que se tornava mais desenvolvida a organização política dos colonizados. Tratava-se de territórios ocupados e mantidos sob a tutela metropolitana, predominantemente, pelo uso da violência. Tanto é assim que os governadores do Império, que exerciam sua autoridade em Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Diu, Damão, Goa, Timor Oriental e Macau eram quase sempre militares. Porque era militar a primordial função nas colônias. A colonização era inseparável da vigilância das Forças Armadas. A exploração econômica não seria possível apenas pelas suas virtualidades intrínsecas, pelos lucros que acarretava, pelos empregos que pudesse criar, pelos rendimentos com que pudesse seduzir. Não. Acompanhava-se do trabalho compulsório, da desarticulação de tradições culturais e hábitos de vida, sem as compensações reais e ilusórias que o capital ofereceria em circunstâncias nas quais sua lógica interna se pudesse fazer valer sem alimentar-se de modos de produção e formas de trabalho pré-capitalistas.

Toda a compensação restringia-se a um só agente econômico: o colonizador branco. E os administradores desses territórios eram os homens que, na estrutura do Estado, definem como nenhuma outra categoria a sua função básica: o monopólio legitimado do uso da violência. Refiro-me às forças militarizadas. Às três armas e também às forças policiais e paramilitares presentes na colônia. Certamente, os casos mais flagrantes eram aquelas colônias simbólicas. Que não tinham importância econômica apreciável, como Guiné, São Tomé e Príncipe e as colônias do Extremo Oriente – as da Índia já haviam sido retiradas dos portugueses no período 1961-1975. Corroboremos o supradito: entre os quinze últimos governadores do Império ainda vivos, quase vinte anos após a Revolução dos Cravos, somente três eram civis!<sup>14</sup>

Por isso, a crise das mentalidades, tão aguda nos anos 1960, não pode ser transcrita no espaço nacional português. As idéias circulam num espaço metropolitano tanto quanto nos territórios coloniais. E ambos (continente e ultramar) inserem-se em ondas mundiais. É o fato de passarem de um a outro continente, este submetido a ritmos mais lentos, aquele a ritmos supostamente mais velozes, que pode trazer a impressão de que, ao viajar no território, viaja-se às vezes no tempo. Mas qual o tempo? Republicanismo, socialismo e revolução não estavam, à sua maneira, próximas do século XIX português? Os africanos não poderiam descobrir tais idéias àquela altura, mas o fizeram no século que se seguiu.

Não seria estranho a uma “geografia nova” considerar que também as idéias compõem o espaço. E se assim é, existem horizontalidades e verticalidades especificamente ideológicas que se interpenetram.<sup>15</sup> Ora, um estudo dos discursos e programas dos movimentos de libertação na África revelaria muitas convergências com a metrópole, pois todos se inseriam num mesmo sistema, caracterizado pela circulação de mercadorias e idéias. Dir-se-ia ainda melhor: todos, no continente e no ultramar, estavam sob estruturas muito pesadas legadas pelo passado. Sob circunstâncias que os homens não comandam, como diria Braudel.<sup>16</sup> As reflexões, longe de serem resultantes de grandes análises solitárias (ainda que as houvesse em Amílcar Cabral, por exemplo), provêm da “lição das coisas”, de uma experiência coletiva alicerçada sobre uma base material comum.

O sistema colonial português (visto da metrópole como um império) estava subordinado à lógica sistêmica das correntes mais poderosas do capital oligopolista internacional. Portanto, ideologias e interesses de europeus, soviéticos, norte-americanos também inscreviam-se no espaço geográfico luso-africano. Viviam-se a época do máximo avanço da descolonização. Os soviéticos fundaram uma Sociedade de Amizade Soviético-Africana em 1959 e, no mesmo ano, Kruschev avistou-se com Sekou Touré em Moscou. Os Estados Unidos não se envolviam menos, apoiando regimes de sua confiança, como o que se sucedeu ao assassinato de Patrice Lumumba.

Na África portuguesa, a “evolução” ideológica dos grupos armados na direção de algum tipo de “comunismo nacional” era uma tendência forte. Mesmo os programas que fundamentaram os partidos guerrilheiros preferiam mais a velha idéia de nação do que o socialismo, que se reduzia a uma mera referência no *imbroglio* ideológico desses tempos.<sup>17</sup> Expliquemos melhor: as fontes ideológicas exógenas precisavam se adaptar ao solo específico da África porque, se é verdade que suas elites políticas buscavam no hemisfério norte sua inspiração, tais verticalidades precisavam ser superpostas, no que tange à mobilização social mais ampla, pelas horizontalidades. Pois é nos lugares que as pessoas se mobilizam e não num, até então, abstrato espaço mundial sobredeterminado por interesses igualmente mundiais.<sup>18</sup>

Além do nacionalismo, também um tipo de republicanismo era uma fórmula vaga o suficiente para os objetivos programáticos e políticos de partidos africanos. Vejamos a Constituição da República da Guiné-Bissau, aprovada em 24 de setembro de 1973 – antes, portanto, da própria descolonização formal do território de Guiné (e Cabo Verde).<sup>19</sup> O artigo primeiro dizia: “A Guiné-Bissau é uma república soberana, democrática, aticolonialista e antiimperialista que luta pela libertação total, pela unidade da Guiné-Bissau e do Arquipélago de Cabo Verde, assim como pelo progresso social do seu povo”.<sup>20</sup>

Progresso social, soberania. Aliados ao antiimperialismo, certo. Poder-se-á objetar que tal é a linguagem de uma constituição. Ou de um acordo. Ou do Direito como ele deve ser escrito.

Na África, nem mesmo se propunha ir além do quadro liberal democrático temperado pelo nacionalismo e a luta contra o “imperialismo”. O programa do Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA) referia-se à “nação angolana”. Os estatutos do PAIGC referiam-se à “independência nacional” e o programa da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) concedia prioridade à “libertação nacional” e ao “progresso da nação”. E o que desejavam, além de ser nações? O programa do MPLA não pedia mais do que um “regime republicano, democrático e laico”. Os estatutos do PAIGC repetiam a mesma formulação. O “Programa maior” da Frelimo referia-se à substituição da “cultura colonialista implantada pelos portugueses” por uma “cultura popular e revolucionária”.<sup>21</sup> O programa de história da Frelimo (1968) lia, no passado longínquo e pré-histórico de Moçambique (sic), um território, um povo e uma nação. Essa busca da identidade nacional, forjada ou não, assumia contornos curiosos, às vezes. Jean Chesneaux observou bem que: “Sukarno, passando em revista os diferentes Estados independentes que marcaram a história da Indonésia, opunha aqueles que (...) correspondem grosso modo à Indonésia dos nossos dias, aos que só ocupavam uma parte do território atual”.<sup>22</sup>

Mas o programa da Frelimo lia também o futuro: ele seria o de duas vagas idéias, a justiça social e a igualdade. Bem, já naquela data se falava também no fim da exploração do homem pelo homem. De toda maneira, um nacionalismo que não ultrapassou (e poderia?) os marcos simbólicos e ideológicos do século XIX europeu, para não falar que os congressos republicanos portugueses não diriam muito mais do que os estatutos dos partidos africanos. Como se pode observar, as elites políticas africanas compartilhavam da mesma cultura do colonizador (ou de suas frações oposicionistas).

Na metrópole, entretanto, a ação africana “reagia” sobre o substrato ideológico das oposições. Quase todas elas assumiram posturas favoráveis à descolonização. O general Humberto Delgado, figura de proa nesse momento, defendeu-a abertamente.

No espaço ideológico metropolitano, colonial e mundial, as idéias circulavam e se interpenetravam, mas as forças com que os partidos contaram vieram de duas direções: o apoio de superpotências economicamente interessadas e a mobilização popular. No primeiro caso, a adoção do socialismo pareceu ser mais do que uma oportunidade. Acreditou-se mesmo que ele podia ser uma técnica de desenvolvimento, ainda que em realidades “difíceis”, de baixo nível de avanço das forças materiais da produção. E o apoio da União Soviética aos movimentos nacionais complementaria os argumentos a favor do “progresso social”. No segundo caso, o nacionalismo tentou preencher o vazio deixado por séculos de espoliação colonial, que destruíra antigas lealdades pré-modernas (tribais, étnicas), ou mesmo de estados anteriores à ocupação européia. A nova lealdade a um novo Estado com fronteiras definidas pelos colonizadores também fracassaria. É sabido como a persistência de largas solidariedades étnicas, culturais ou lingüísticas entravam a emergência de uma consciência de interesses econômicos comuns ou mesmo de uma identidade de classe.<sup>23</sup>

### *Uma geração*

Aqui, é possível abrir um parêntese para reiterar o papel dessas sobrevivências incômodas, essas *permanences* que moldam tanto a ação política dos homens. Uma vez mais, retomemos aquelas rugosidades de que fala Milton Santos. Elas também podem ser vistas na confluência da ocupação do território com fatores étnicos e ideológicos (ou de mobilização para fins políticos). Isso passa pelo filtro individual. Não é possível, nos marcos deste artigo, desnudar os dilemas psicológicos e sociais, os dramas humanos e as esperanças e medos que envolveram os intelectuais africanos que se revoltaram contra a colonização.

De fato, compunham uma geração bastante específica. As lideranças dos movimentos africanos eram, em geral, de formados na Europa. Compunham uma geração que nascera nos anos 1920 ou 30. De homens e mulheres que assistiram, já adultos, à independência da Índia e à evolução do Congresso Nacional Africano, no sul do continente negro. Para não fugir ao caso lusófono, pensemos em Amílcar Cabral (1924-1973), este que foi o mais eminente teórico da libertação da África Negra. Um engenheiro formado em Portugal. Ou Agostinho Neto (1922-1979), que recebeu uma bolsa da Igreja Metodista para tornar-se médico na Metrópole. Ou Samora Machel (1933-1986), um enfermeiro. Eduardo Mondlane, esse doutor em sociologia pela Northwestern University (Illinois), assassinado em 1969.

A partir de fins dos anos 1940, eles estavam na Faculdade de Letras de Lisboa ou nos demais cursos universitários. Eram filhos da pequena burguesia de funcionários assimilados pelo governo colonial. O exemplo de Mário de Andrade<sup>24</sup> é flagrante. Revela o salto da

condição do assimilado ao revoltado. E, depois, ao revolucionário. A revolta se expressa na poesia. Na pesquisa das culturas africanas. Na reflexão sobre o papel do homem negro no mundo. Nas reuniões em Lisboa para saborear os pratos que não se preparavam em Portugal. E nas leituras. Especialmente de livros do Brasil. De Jorge Amado. Das edições Cruzeiro. Da literatura negra norte-americana traduzida no Brasil. De Politzer. De Nicolas Guillén. Mário de Andrade e outros africanos freqüentavam as livrarias. Entre elas, a alemã Büchholz: importadora. E da importação de livros franceses sobreveio a *Antologia da poesia negra e malgaxe*, de Leopold Senghor. Publicado em 1948, em Paris, esse livro circulou pelas mãos de todos os africanos que estudavam na universidade.<sup>25</sup>

De volta à África, eles eram intelectuais cosmopolitas urbanos em sociedades agrárias, em rápido processo tumultuado de urbanização e crescimento demográfico. Em muitos casos, eram *intellectuels déclassés*, dotados de urbanidade e conhecimentos técnicos ou filosóficos, mas não do prestígio que sua condição reclamava. Fenômeno que não é novo. Que foi observado naqueles momentos em que o crescimento econômico e o desenvolvimento institucional e burocrático do Estado foram insuficientes para absorver os quadros qualificados que o próprio sistema gerava. E foi percebendo isso que Amílcar Cabral procurou, na pequena burguesia urbana que trabalhava na administração colonial, sua “vanguarda revolucionária”. Os intelectuais colonizados, mas capazes de revolta, segundo o modelo de Fanon. Todavia, com chances de virar uma realidade secular pelo avesso?

Isso trazia problemas graves com as heranças do passado. O MPLA, por exemplo, sempre teve dificuldade de apelar para uma base social além dos angolanos urbanizados. O sertão do Bakongo pertenceu exclusivamente à Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), rival do MPLA. Mais por motivos étnicos do que políticos. O MPLA colhia seu apoio ao longo da ferrovia de 280 quilômetros entre Luanda e Malange, onde estava (estão) mais de 1,3 milhão de falantes de kimbundu, um dos quatro grupos linguísticos mais importantes de Angola.<sup>26</sup> Além disso, seu apoio estava em Luanda. Isso porque seu apelo, predominantemente nacional – portanto, além do tribal –, só podia articular-se com a herança paradoxalmente mais moderna do colonizador: a via de transporte essencial e a maior cidade. Cidade que tendia a apagar os traços pré-nacionais.

Mesmo as cidades eram de significativo crescimento populacional recente. Kinshasa (antigo Zaire, atual República Democrática do Congo), por exemplo, decuplicou sua população entre 1950 e 1975, chegando a 2 milhões de habitantes.<sup>27</sup> Sem cidades não há cidadania. Deveremos repetir *ad nauseam* a frase de Magalhães Godinho? Ora, como no retângulo peninsular, as partes colonizadas do Império português também sofriam a ausência de cidades. De médias cidades. E de grandes.

A África que foi portuguesa nunca desenvolveu sua urbanidade nem o seu urbanismo. Se, no alvorecer do Terceiro Império, Lisboa devia ter uns 230 mil habitantes, a cidade de Luanda não passava de 18 mil e a sede administrativa de Moçambique estava ao redor de 2.800 pessoas. Ora, em 1962, a população de Lourenço Marques (Maputo) chegou a 120 mil habitantes, num total de 371 mil para Moçambique inteiro. Desproporção menor em Angola: 200 mil almas em Luanda para um total de 1,5 milhão de habitantes. Ainda assim, um mar rural com algumas ilhas de urbanidade. Também aqui a identidade, por mais estranha que possa parecer, por mais inadequada às aparências, entre metrópole e suas possessões.

Os intelectuais que passaram das armas da crítica à crítica das armas julgaram retirar o colonizador de dentro de si e, pela violência purificadora, engendrar o novo. Mas como poderiam fazê-lo, antes e depois da tomada do poder, se tinham que patinar no ponto zero, sem forças produtivas, exceto a vontade humana? Alguns dirigentes adiantaram que a falta de teóricos respondia pela falta de desenvolvimento nacional. Mas, como lembrou Florestan Fernandes: “Não surgiram novos teóricos ou a realidade em transformação ainda não absorveu a teoria revolucionária que levou a luta anticolonialista e anti-imperialista à vitória?”.<sup>28</sup>

*Recebido em agosto/2003; aprovado em setembro/2003*

## Notas

\* Professor do Departamento de História Contemporânea da USP.

<sup>1</sup> CHABAL, Patrick. *A history of postcolonial lusophone Africa*. London, Hurst, 2002, pp. 3-4.

<sup>2</sup> BRAUDEL, F. *La méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris, Librairie Armand Colin, 1949, p. 511.

<sup>3</sup> KI-ZERBO, J. *História da África negra*. Lisboa, Europa-América, s/d, v. II, p. 282.

<sup>4</sup> *Dependency and underdevelopment. Consequences of Portugal in África*. A report prepared by Research Group for the Liberation of Portuguese Africa. California, Riverside, 1971, p. 17.

<sup>5</sup> KI-ZERBO, J., op. cit., p. 240.

<sup>6</sup> Os regimes independentes pós-coloniais tentaram reconstituir rotas internas de importância regional, algumas delas remontando à Antiguidade, como foi o caso da estrada de ferro do Xinjiang, na China, que retomava o percurso da rota da seda. CHESNEAUX, Jean. “A reanimação do passado tradicional nas jovens nações da Ásia e da África”. In: SANTIAGO, Theo (org.). *Descolonização*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977, p. 81.

<sup>7</sup> Em 1821, o Sudão tornou-se Sudão egípcio, sob a influência do Império Otomano, do qual o Egito era uma província. No fim do século XIX, surgiu o Sudão anglo-egípcio, sob a dominação preponderante dos ingleses e dos egípcios.

<sup>8</sup> Cf. *Almanaque Mundial*, 1962, p. 286.

<sup>9</sup> Havia estados centralizados antes da dominação colonial, e estrutural e funcionalmente bastante desenvolvidos, como a Etiópia e o Madagascar. Vide: KI-ZERBO, J., op. cit. Mesmo Angola tivera uma unidade territorial, ainda que diversa da atual, muito antes, mas isso era apenas uma reminiscência histórica depois do século XVII, quando as últimas coligações de reinos da região foram derrotadas. E a partir de fins do século XIX, quando os portugueses fizeram os primeiros contatos com africanos que portavam ainda nessa época algum grau de unidade territorial, pôde logo derrotá-los militarmente. A ocupação do Kubango (1915) selou a sorte dos últimos recalcitrantes. Cf. Vários Autores. *História de Angola*. Porto, Afrontamento, s/d, p.159. Primeira edição: Argel, 1965.

<sup>10</sup> ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo, Ática, 1989, p. 125.

<sup>11</sup> LINHARES, Maria Y. *A luta contra a metrópole (Ásia e África)*. São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 77. Senghor (líder do Senegal) referia-se aos casos da África Ocidental Francesa e da África Equatorial Francesa, cortadas em vários países.

<sup>12</sup> SILVA, Rui F. Racismo e colonização étnica em Angola, *História* (nova série), n. 9, Lisboa, junho de 1995, p. 27.

<sup>13</sup> DELMAS, Philippe. *O belo futuro da guerra*. Rio de Janeiro, Record, 1996, p. 153.

<sup>14</sup> ABREU, Paradelá (org.). *Os últimos governadores do Império*. Lisboa, Edições Inapa, 1994.

<sup>15</sup> "As relações horizontais nos dão a estrutura interna da sociedade, as relações verticais nos indicam as relações de uma sociedade com outras sociedades." SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo, Hucitec, 1978, p. 200; "As verticalidades são formadas por pontos, as horizontalidades por planos". SANTOS, Milton. "O tempo despótico da língua universalizante", *Folha de S. Paulo*, 5 de novembro de 2000.

<sup>16</sup> BRAUDEL, F., op. cit., p. 506.

<sup>17</sup> O programa escolar de história da Frente de Libertação de Moçambique (1968) inspirava-se num vago socialismo, mas sua marca era a projeção da nação desde os primórdios até a luta armada contra o colonialismo.

<sup>18</sup> "As massas se mobilizam nos lugares, nos espaços de horizontalidade e de emoção, em que produzem a linguagem com a qual elas afrontam o mundo". SANTOS, Milton. "O tempo despótico da língua universalizante", *Folha de S. Paulo*, 5 de novembro de 2000.

<sup>19</sup> Essa colônia não tinha importância econômica tanto quanto Angola e Moçambique. Nem tantos investimentos estrangeiros eram ali invertidos. Ainda assim, exigia a presença militar portuguesa numa situação de virtual derrota diante do PAIGC.

<sup>20</sup> Cf. SILVA, Antonio D. *A independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa*. Porto, Afrontamento, 1997, p. 401 (anexo).

<sup>21</sup> Todos esse documentos estão reproduzidos em: COMITINI, Carlos. *África arde*. Rio de Janeiro, Codecri, 1980, pp. 69, 70, 80, 84 e 90-92.

<sup>22</sup> CHESNEAUX, Jean. "A reanimação do passado tradicional nas jovens nações da Ásia e da África". In: SANTHIAGO, Theo. *Descolonização*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977, p. 77.

<sup>23</sup> VIDROVITCH, Catherine Coquery. *Afrique noire. Permanences et ruptures*. Paris, Payot, 1985, p. 374.

<sup>24</sup> Líder revolucionário. Homônimo do grande poeta paulista.

<sup>25</sup> AZEVEDO, Licínio e RODRIGUES, Maria da Paz. *Diário da libertação*. São Paulo, Versus, 1977. Prefácio de Florestan Fernandes, p. 92.

<sup>26</sup> MAXWELL, Keneth. *Chocolate, piratas e outros malandros*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999, p. 291.

<sup>27</sup> VIDROVITCH, C., op. cit., p. 372.

<sup>28</sup> FERNANDES, Florestan. "Apresentação". In: AZEVEDO, L. e RODRIGUES, M., op. cit., p. 6.